Jornal do Professor

Adufg SINDICATO

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS – ANO III– Nº 25 – SETEMBRO DE 2015

EDITORIAL

Perda de rumo

Com a perda do grau de investimento do Brasil, divulgada pela agência internacional de classificação de risco *Standard & Poor's*, a situação político-econômica do País pode piorar. Isso significa, para nós docentes em greve, que há pouca ou nenhuma possibilidade de melhoria nas propostas já apresentadas pelo governo.

Pode significar ainda um retrocesso nas negociações, tendo em vista que o governo fala, desde o início de setembro, que estuda aumentar o IR e congelar os salários dos servidores.

Os sinais são todos negativos e universidades protagonistas em movimentos grevistas nacionais, como a UFRJ, já encerraram a greve. Seria por que perceberam que a greve não é um problema para o governo, diante dos seus reais problemas?

Aqui na UFG deflagramos a greve para marcar posição, forçar uma melhor negociação e debater as mudanças no contexto político-econômico nacional e suas implicações na educação superior do Brasil.

Mas nosso debate engrossou em torno da disputa pelo poder local, motivado talvez pelo fato da Adufg Sindicato ter conquistado seu registro sindical. Na última assembléia da categoria, dia 9 de setembro, ficou claro que primeiro brigamos por quem fala, se Proifes ou Andes, o "resto" vemos depois. Quem perde não é só a UFG, mas todo país. Nas páginas 8 e 9, um pouco da "profundidade" do debate em nossa última assembleia.

Aproveite para ler em nossas páginas centrais um debate não menos importante para a educação em Goiás, sobre a militarização de nossas escolas públicas. Apresentado como solução, este processo pode complicar a situação do nosso frágil sistema de ensino público. Com a palavra, Dijaci de Oliveira (FSC) e Maria Augusta Peixoto (FE).

E para nos chacoalhar, uma frase de Nei Clara de Lima, sacerdote do Museu Antropológico: "Servidor público não pode voltar as costas para as desigualdade sociais".

Contato com a redação

(62) 3202-1280

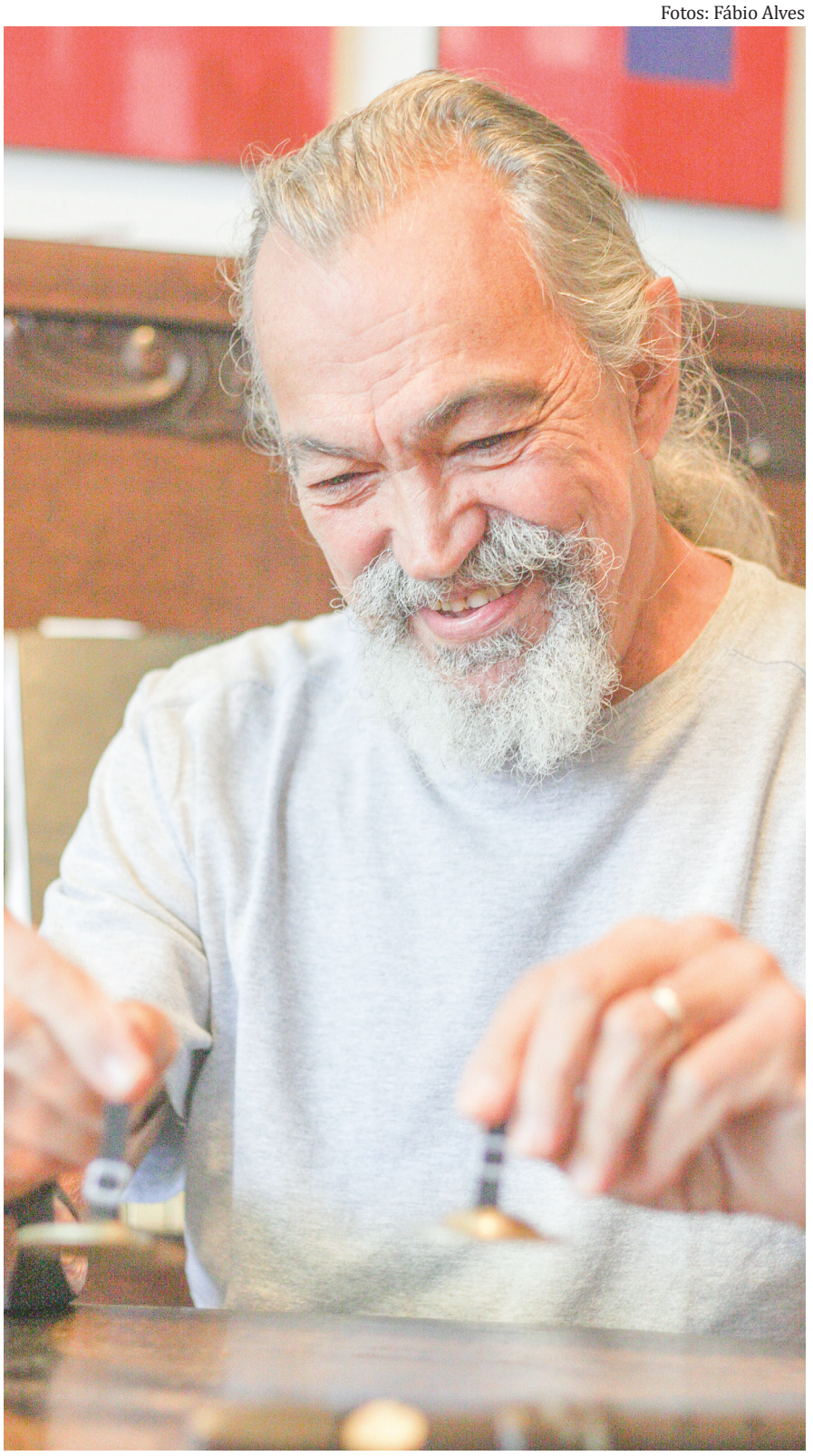
jornaldoprofessor@adufg.org.br

Greve não avança o debate da carreira

Movimento é marcado por disputas de poder entre grupos, que se acirraram após Adufg Sindicato conquistar registro sindical, e perde foco da defesa da carreira, do salário e do debate do contexto da educação superior no Brasil

Páginas 10 e 11

Fotos: Fábio Alves



ESTÉRCIO MARQUEZ - *Defesa da educação crítica para fugir da música de má qualidade*

Página 15

Militarizar escolas é risco para educação

Maria Augusta Peixoto (FE) e Dijaci de Oliveira (FCS) discutem as possíveis causas e efeitos de transformar escolas públicas em militares

Páginas 8 e 9

ANTROPOLOGIA

A lavra e o louvor de Nei Clara

Professora vive fase de mais trabalho na vida após aposentar-se e se dedicar ao Museu Antropológico.

Página 16

MEDICINA É UNIDADE COM MAIS DOCENTES **Página 7**

Autonomia universitária, historicidade, princípios e tensões

José Geraldo de Sousa Junior*

Em maio deste ano participei em Porto Alegre, em evento promovido pelo Instituto Latino-Americano e pela Adufrgs/Sindical, de um ciclo de debates, denominado "A Universidade do Futuro". A propósito dessa participação, a revista da associação publicou uma entrevista contento um conjunto de pontos de vista dos quais reúno alguns apontamentos para este texto.

Ali, a abordagem era mais reflexiva, seguindo uma diretriz abstrata sobre um tema recorrente. Ocorre que, muito recentemente, o Ministério Público Federal promoveu ação civil pública contra a Unila – Universidade Federal da Integração Latino-Americana e contra a União, a primeira para anular dispositivo de Estatuto e Regimento que prevêem regra de paridade para a composição do Conselho Universitário e comissões, ao invés de adotar a proporcionalidade docente indicada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação; à União, para suspender o procedimento de credenciamento da própria universidade, enquanto não satisfeita a exigência de adequação legal de setenta por cento de assentos ocupados por docentes.

De notar que o ajuizamento da ação decorre de moção de professores da Unila, arrolados em listas com o objetivo de denúncia contra a disposição estatutária aprovada pela própria Instituição. Vê-se, pois, que esse tema não é apenas retórico, mas se reveste de dramaticidade histórica e política que disputa princípios e provoca tensões.

A universidade, mais precisamente, a universidade ocidental já é quase milenar. Essa longevidade já dá a medida de seu caminho em percurso para se fazer singular e reconhecível como instituição cuja trajetória a distinga de qualquer outra, inclusive do Estado que, historicamente, se institucionaliza muito tempo depois e, na sua feição atual, é uma experiência do século XIX, quando foram formados os estados nacionais alemão e italiano.

Esse percurso, com as etapas que o demarcam e que Helgio Trindade descreve tão bem, conforme o artigo "Por um novo projeto universitário: da 'universidade em ruínas' à 'universidade emancipatória'" que inclui em livro que organizei ("Da universidade necessária à universidade emancipatória", Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012), implica compreender as transições institucionais pelas quais passou, desde os tempos medievais, passando pela modernidade, nos formatos estatais do modelo francês de escolas de profissão e prussiano , no modelo humboltiano de sistema de pesquisa, até chegar ao formato latino-americano, na linha do manifesto de Córdoba, como experiência participativa e de inclusão, uma universidade necessária, comprometida com as expectativas de sociedades em profunda transformação, perseguindo projetos libertários que orientam seu percurso para utopias de emancipação social, política e de criação de conhecimentos.

Esse caminho é longo e tortuoso porque a emancipação não é um dom, é uma tarefa, não obedece a voluntarismos carismático-autoritários e só faz sentido se estiver pautado em plataformas coletivas correspondentes a projetos de sociedade, já que socialmente e epistemologicamente ninguém se emancipa sozinho.

A autonomia em sentido próprio é uma memória da historicidade institucional. No tocante às universidades, é a memória de sua origem institucional histórica, anterior à formação do Estado, este entendido enquanto a articulação moderna de conhecimento (técnico/científico/burocrático, em termos weberianos), de poder (a política retirada da sociedade e restringida ao aparato (legislativo/judiciário/administrativo) e o direito (antes plural e distribuído no social, agora exclusivamente legal), em face da pretensão monopolizadora daí decorrente. Assim, as universidades que surgiram com capacidade de auto-governo e auto-normatização surgiram portanto, propriamente autônomas (etimologicamente, auto – a si próprias; aptas a se outorgarem o nomos – isto é, o direito). O eco dessa experiência se contêm na definição constitucional corrente, segundo a qual, como no caso brasileiro, "as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial" (CF, art. 207).

Na prática política, entretanto, esses valores acabam se confrontando com a disposição de poder que se nucleou, por exemplo, no Estado, e acabam definhando, à falta de compartilhamento de modos de compreensão que amparem o seu sentido e alcance. Ainda mais quando a universidade perde o simbolismo de seu lugar excelente e único – o de ser o lugar exclusivo no qual os conhecimentos se percebem livres para o diálogo pleno descolonizado e confiante – e fica nivelada num imaginário burocrático que torna homogêneas todas as instituições vistas na modelagem de meras repartições administrativas, como acontece no imaginário das chamadas "culturas" legislativas, regulamentadoras, judicantes e correicionais.

Os limites se encontram, portanto, no plano institucional, principalmente, a concomitância, às vezes concorrente, às vezes, cooperativa entre a universidade e o Estado; no plano teórico, os impasses entre a expectativa de lealdade presumida e a condição intrinsecamente crítica da interpretação que a universidade desenvolve acerca de todos os processos que se articulam em seus espaços de pesquisa, de ensino e de interação com os outros corpos sociais. Essa construção é tensa e precisa ser "negociada" contínua e legitimamente, sem arrogância, sem prepotência, sem corporativismo, de modo solidário e nos moldes democráticos. O limite é o horizonte de compreensão e de capacidade política para pactuar e afirmar a importância, a singularidade, a relevância da instituição universitária, algo que sempre se realizou na prova da experiência histórica.

Existem modelos de autonomia universitária no mundo que podem servir de parâmetro para as universidades e mesmo entre as universidades brasileiras, que permitem leituras avançadas para aferir o sentido atualizado da autonomia. Em várias Constituições esse modelo já foi estabelecido, como por exemplo, na Finlândia, onde até a legislação de ensino, produzida legislativamente, só entra em vigor, na universidade nacional, quando e se aprovada pelo seu Conselho dirigente. Mas no Brasil mesmo há modelos aperfeiçoáveis como o das universidades paulistas, sustentáveis na forma de destinação tributária para seu financiamento e com a configuração de um ato complexo (manifestação da universidade para a composição de listas submetidas à escolha do governador). A experiência da UnB também é exemplar, embora logo frustrada, primeiro pela ditadura e em seguida pela gula burocrática. Não custa lembrar que a lei de criação da UnB (lei 3998/1961), ainda em vigor apesar de ab-rogada em parte por uma hermenêutica de contenção, trouxe de forma expressa vários artigos definidores de uma autonomia, com fundos e patrimônio para a sua sustentação, diretrizes de auto-governo estatutário e a preciosidade que se lê no seu artigo 14: "Na organização de seu regime didático, inclusive de currículo de seus cursos, a Universidade de Brasília não estará adstrita às exigências da legislação geral do ensino superior...".

É certo que a autonomia das universidades pode ser construída, mas não pode ser absoluta. Há limites, mas esses não podem ser estabelecidos por meio de leituras pobres que se descolem do sentido de fututo inscrito, por exemplo, na Constituição, ou sacrificados num exegetismo jurídico que perca o alcance atualizável do sentido da lei. Algo que transparece, exatamente onde menos se espera essa linha de consideração, referindo-me a última Bula do Papa Francisco (Misericordiae Vultus), e que os juristas e os burocratas da gestão bem podiam levar em conta, quando recomenda para a boa realização da Justiça, não "cair no legalismo, mistificando o sentido original e obscurecendo o valor profundo que a justiça possui" (nº 20). Afinal, as universidades têm singularidades próprias ao tipo de institucionalidades que realizam e não podem ser reduzidas na sua funcionalidade racional a um lugar comum de mera repartição governamental-administrativa.

**Professor e ex-reitor da UnB (2008-2012)*

*Pedro Sérgio dos Santos**

A arte e o direito de ofender e insultar

Tive a oportunidade de ler no **Jornal do Professor**, órgão informativo da Adufg, em sua edição de junho de 2015, matéria não assinada com o seguinte título "Ação de padre contra Zé Celso gera mal estar entre docentes do teatro".

Na matéria, o autor se refere aos professores do curso de artes cênicas da UFG que criticaram a ação judicial movida pelo padre Luiz Lodi, da diocese de Anápolis, contra o diretor de teatro José Celso. Referido diretor, juntamente com alunos e docentes da PUC SP, fez nas dependências daquela instituição, um ato que ele - o diretor José Celso - chamou de "espetáculo teatral", no qual foram usados termos chulos, grosseiros e desrespeitosos contra a Igreja Católica, contra o Papa e contra símbolos religiosos, como a cruz e orações católicas.

Uma das docentes citadas na matéria chegou a dizer que não viu o vídeo (disponível no *Youtube*) com as imagens do referido "espetáculo", e mesmo assim se disse contra a ação promovida pelo sacerdote de Anápolis. No mais, as críticas contidas no aludido artigo se fundamentam no direito à liberdade de expressão e liberdade artística, que, aliás, são previstas na Carta Constitucional de 1988, e cita o padre como fundamentalista e sua prática como intolerante. No tocante ao diretor Zé Celso, a matéria diz que o mesmo lutou contra a ditadura militar e agora luta contra a ditadura religiosa.

Vejo graves equívocos em tudo isso. Em primeiro lugar ninguém tem o direito de entrar na casa de outro para ofendê-lo, posto que isso foi o que fez Zé Celso, entrando com um "espetáculo" contra o Papa e a Igreja dentro de uma instituição Católica – a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Caso uma pessoa ou um grupo tenha algo a questionar e a demandar contra outrem, o caminho correto é o apontado pelo Estado Democrático de Direito, qual seja o caminho da Lei e da Justiça. No caso da PUC-SP, ainda que houvesse inconformismo de alunos contra atos da direção da instituição, isso não garantia àqueles alunos ou a qualquer pessoa o direito de serem desrespeitosos e agressivos, independentemente da via utilizada. No presente caso foi pelo teatro, mas poderia ser pela internet, pelo jornal, por uma música ou qualquer outro meio. Da mesma forma, foram agressivos e continuam sendo os jornalistas do jornal francês *Charlie Hebdo*, que atacaram o islã, e seguidamente atacam os cristãos católicos em suas crenças. Não entendo que a ação terrorista e a morte de jornalistas devam ser justificadas, todavia não se pode admitir que em nome da liberdade de expressão possamos ofender grupos étnicos, religiosos ou outros quaisquer.

O fato é que a mesma Constituição Federal que garante a liberdade de expressão e artística garante também a vida, a honra e a integridade moral, bem como o direito à imagem (art. 5º da Carta Magna). A matéria do **Jornal do Professor** trata a ação do padre como "ditadura religiosa".

Ora, o padre tão somente buscou a Justiça diante de algo que ele julgou ofensivo e ao cabo a justiça deve dizer se ele tem ou não razão em seu pedido. Ditadura é desconsiderar a existência da Justiça e usar de ofensas físicas ou morais para tentar resolver suas pendências com outrem.

O fato de alguém ser diretor de teatro, cinema ou TV, ou ainda produtor artístico de qualquer natureza por si só não lhe garante o direito de ser ofensivo e de atacar a crença de terceiros, como fizeram aqueles que na Jornada Mundial da Juventude, durante a visita do Papa Francisco ao Brasil, buscaram invadir, em Copacabana, o espaço das celebrações religiosas com o fito de protestar contra a Igreja. Uma vez que não obtiveram êxito na sua invasão, passaram, todos nus ou seminus, a quebrar imagens católicas e crucifixos, chegando mesmo a introduzir os crucifixos no ânus e nos genitais, tudo isso na via pública em plena luz do dia. O interessante é que tais fatos foram tomados pelos defensores da causa como "liberdade de expressão", quando a lei vigente no Brasil (Código Penal) diz textualmente:

Art. 208 - Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso:

Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa.

Parágrafo único - Se há emprego de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente à violência.

Portanto, a matéria acima mencionada faz uma distorção de valores, indicando aqueles que supostamente praticaram o crime acima descrito (Zé Celso e seu grupo) como vítimas de perseguição por parte do padre católico. Por sua vez, o padre, que – friso – usou das vias legais e legítimas para defesa de seu direito de crença, teria se tornado o algoz da situação, o perseguidor, o intolerante! Os ataques de Zé Celso e seu grupo atingiram a mim também e a centenas de milhares de cristãos desse país, e louvo o Padre Lodi pela atitude serena e corajosa de buscar a Justiça.

Muito se chorou e gritou em favor dos jornalistas do jornal francês *Charlie Hebdo*, quando doze pessoas foram mortas. Os grupos que fazem passeatas nus pelas ruas do Brasil em nome de causas diversas, dentre elas da causa gay, da legalização da prostituição e do aborto, reivindicam gritar contra a morte e a chamada violência de gênero. Alegam que no ano passado, em todo o mundo, cerca de dois mil homossexuais foram mortos. Todavia não se escuta de tais grupos barulhentos qualquer nota contra os atos perpetrados contra aqueles que silenciosamente morrem por razão de sua fé. No ano passado, mais de 100 mil cristãos foram mortos, e 150 milhões perseguidos, presos e refugiados, segundo as estatísticas das Nações Unidas, e o pior, a perseguição física e moral aos cristãos não se dá somente por muçulmanos.

Ao condenar os ataques na França contra os desenhistas do *Charlie Hebdo*, o Papa Francisco advertiu que mesmo sendo intoleráveis os crimes de morte, da mesma forma não se deve admitir o ataque moral às crenças religiosas, nem os insultos do jornal que sempre os justifica em nome da liberdade artística e de expressão. O Papa, ainda que condenando o terrorismo, afirmou: "Se xingar a minha mãe, espere um soco... É normal. Você não pode provocar, não pode insultar a religião dos outros."

Caso o "espetáculo" de Zé Celso se referisse ao Islã, ele possivelmente seria vítima de um ataque terrorista. Mas como ele ofendeu católicos, ele e seu grupo devem tão somente explicações à Justiça com base no Código Penal que está em vigor, como convém em um Estado democrático de direito.

Não se alegue que este artigo carece de isenção ou está sob suspeição porque sou católico. Sou católico mesmo e assim como os irmãos evangélicos, percebo e sinto na pele a discriminação no meio acadêmico quando o assunto é a liberdade de expressão e a liberdade de crença asseguradas pela Constituição, ainda que o debate tenha lugar em um espaço público como a UFG e o Estado seja laico.

Não se pode tolher das pessoas o direito à critica e ao debate – e não é isso que advogo, mas o respeito é sempre salutar. Recordo-me agora como exemplo da obra teatral de Ariano Suassuna, o *Auto da Compadecida*, por diversas vezes premiada, plena de crítica à hipocrisia social e ao clero, sendo porém uma lição de respeito à fé, que faz o espectador crescer como ser humano. Acho, por fim, que poderíamos abandonar o senso comum corrente e nos indagar se a arte é sinônimo de autorização para o desrespeito, se não é ditadura o fato de pessoas, em nome da liberdade de expressão, perseguirem moralmente cristãos e sua fé. Se não significam intolerância com o culto e a crença os escárnios e insultos em "obras de arte", espetáculos, jornais, revistas e outros meios de comunicação.

** Professor de Direito Penal e Criminologia, e diretor da Faculdade de Direito da UFG*

Adufg SINDICATO notícias

Adufg apoia projeto popular de bordado

A Cooperativa de Bordadeiras e de Produção Artesanal do Cerrado Goiano (Bordana) lançou no dia 2 de setembro a Coleção Arranjo Produtivo, Um Sonho Feito à Mão.

Presidente da Bordana, Celma Grace de Oliveira fez discurso comovente e agradeceu o apoio da Adufg Sindicato ao projeto popular que resgata e dignifica o trabalho das artesãs do bordado.

O evento, realizado no salão Dona Gercina, no Palácio das Esmeraldas, teve a presença do ex-presidente da Adufg, professor e mardio de Celma, Romualdo Pessoa *(foto)*, e da presidente de honra da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), Valéria Perillo.

Fábio Alves

Filiados ganham cartão multiuso

Os professores filiados à Adufg Sindicato agora terão direito a um cartão multiuso. O Cartão USA Card passa a ser o cartão de identificação do filiado e dependentes nos eventos e dependências do sindicato.
Além disso, o professor filiado poderá aproveitar ampla rede de descontos em vários estabelecimentos. E terá facilidade de controle de gastos, agilidade para aquisição de produtos, segurança e muitas outras vantagens. O cartão não tem faturas ou anuidades e oferece várias possibilidades de uso opcionais. Docentes podem enviar enviar uma foto digital 3cm x 4cm, colorida, nítida e recente para o email foto@adufg.org.br. Mais informações na secretaria da Adufg Sindicato, (62) 3202-1280.

Aniversariantes do Grupo Travessia

Mariana Faria

O Grupo Travessia promoveu o primeiro happy hour do semestre no dia 25 de agosto, no Espaço Cultural, de Lazer e Saúde da Adufg Sindicato. Além de comemorar os aniversariantes do mês, como é de costume, o grupo aproveitou o evento para homenagear o professor Rui Hiroshi Yamada, ex-diretor da Faculdade de Farmácia da UFG, que contribuiu para a construção da história do Sindicato.

O professor recebeu da diretora financeira, professora Ana Christina Kratz, uma placa de agradecimento pelos serviços prestados à Adufg Sindicato.

Ana Kratz, Jane Sarques, Dulce Terezinha e Maria Judy

Quintart é participação

O último Quintart, *happy hour* dos professores da UFG, foi realizado no dia 28 de agosto, com a presença de cerca de 250 pessoas entre professores, familiares e convidados. A próxima edição está agendada para o dia 25/09, no Espaço Cultural, de Lazer e Saúde da Adufg Sindicato, na Vila Nova.

Alcir Horário (Cepae) e o professor Cláudio Maia, da Regional Catalão, no último Quintart

Mariana Faria

Adufg SINDICATO

18ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás

Flávio Alves da Silva
Presidente

Daniel Christino
Vice-presidente

Edsaura Maria Pereira
Diretora Secretária

Bartira Macedo
Diretora Adjunta Secretária

Anderson de Paula Borges
Diretor Administrativo

Thyago Carvalho Marques
Diretor Adjunto Administrativo

Ana Christina de Andrade Kratz
Diretora Financeira

Luciana Aparecida Elias
Diretora Adjunta Financeira

Peter Fischer
Diretor para Assuntos dos Aposentados e Pensionistas

Maria Auxiliadora de Andrade Echegaray
Diretora Adjunta para Assuntos dos Aposentados e Pensionistas

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS

ANO III – Nº 25
Setembro de 2015
Editor e idealizador do projeto
Prof. Juarez Ferraz de Maia

Editora responsável
Alessandra Faria (JP01031/GO)

Editor e repórter
Macloys Aquino (FENAJ 02008/GO)

Diagramação
Bruno Cabral

Repórter
Fábio Alves

Publicação mensal

Tiragem
3.000 exemplares

Impressão
Cegraf UFG

Contato
jornaldoprofessor@adufg.org.br

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova - Goiânia - Goiás

Fone: (62) 3202-1280
Produção e edição
Assessoria de Comunicação da Adufg Sindicato

RESPINGOS

Notícias do movimento docente, da vida na UFG
e de questões jurídicas sobre o magistério superior

Arquivo Adufg

Tão recente, tão distante

Dos anos 70, quando foram criados, até os anos 90, os laboratórios do curso de Jornalismo da UFG eram equipados com máquinas de datilografar. Passado recente e ao mesmo tempo tão distante.

GREVE: ADUFG PODE MUDAR ESTATUTO AINDA ESTE ANO

Para garantir representatividade, a diretoria da Adufg Sindicato pretende realizar ainda este semestre uma assembleia de mudança de estatuto que preveja quórum mínimo e a possibilidade de consulta eletrônica para deflagrar greve da categoria. Na Apufsc, em Santa Catarina, por exemplo, assembleias de greve precisam ter dois turnos e devem ter participação de ao menos ¼ do total de docentes, sindicalizados ou não.

Chapéu alheio
Em junho, o site do Andes-SN já anunciava greve geral na UFG, um mês antes da assembleia geral no Centro de Eventos, que decidiu pela greve em agosto.

Chapéu alheio 2
O site também anunciou greve na UFSC, onde sequer houve greve e onde, por lei, o Andes não pode atuar como sindicato.

Vícios do passado
"Falta à Andes capacidade de reconhecer uma categoria que não mais aceita sindicalismo na forma como ele vem sendo praticado", disse o professor Paulo Philippi, da UFSC.

Toma lá, dá cá
Adurn (RN) conseguiu a carta sindical, que exclui o Andes de atuar em sete cidades no Estado. Já a Adufms (MS) se desfiliou do Proifes. Sua nova diretoria é ligada ao Andes.

Mudo
Orlando Amaral não se pronunciou sobre o registro sindical obtido pela Adufg Sindicato. Nem como reitor, nem como docente filiado.

Fala
"Reitor participa inclusive de assembleia de sindicato na UFMA, na UFBA. Aqui isso não acontece", disse o presidente da Adufg, Flávio Alves da Silva.

Regressão
Docentes vindos de outras universidades regrediram na carreira ou não tiveram o tempo de serviço exercido na antiga unidade aproveitado para promoção na UFG.

Procure a Adufg
O Departamento Jurídico da Adufg atende três professores nesta situação e recomenda novos docentes a procurarem o sindicato antes da posse no cargo.

Segurança
"Optamos pelo caminho mais seguro", disse uma professora de Jataí sobre a recente eleição de Alessandro Martins e Fernando Filgueira para direção da regional.

Ainda falta
A Lei das Cotas nas Universidades completou três anos em agosto com projeção de 150 mil vagas oferecidas para negros desde sua criação.

Muito
"Se a população de negros, pretos e pardos no Brasil está entre 52% e 60%, a lei ainda não dá conta", diz Luciene Dias, Coordenadora de Ações Afirmativas da UFG.

Paga
AGU e reitores defenderam o fim da gratuidade nos cursos de pós-graduação lato sensu nas universidades brasileiras, durante reunião da Câmara Federal para discutir a PEC 395/14.

Amigo X infrator
A PM de São Paulo disse que, na USP, será amiga do aluno, mas não do infrator. E que não vai interferir em manifestações da universidade.

VIDA NO CAMPUS

Fábio Alves

Marcus Rotoli

É comum ver no Campus 2 da UFG a coruja-buraqueira (Athene cunicularia), como este casal, que vive ao lado da Biblioteca Central. Este ano apareceu numa árvore próxima ao Cegraf uma coruja-orelhuda (Pseudoscops clamator), fotografada pelo Marcus Rotoli, técnico-administrativo do Cegraf.

Adufg SINDICATO prestação de contas

Junho de 2015

1- Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros	
1.1- Contribuição Filiados - Mensalidades	241.954,98
1.2- Ingressos, Eventos e Festas	1.710,00
1.3- Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.639,23
1.4- Receitas Financeiras Líquidas	0,00
1.5- Outras Receitas	4.301,90
1.6- Resgate de aplicações financeiras	0,00
Total R$	**249.606,11**

2- Custos e Despesas Operacionais	
2.1- Despesas com Pessoal	
2.1.1- Salários e Ordenados	33.843,63
2.1.2- Encargos Sociais	42.651,75
2.1.3- Seguro de Vida	378,55
2.1.4- Outras Despesas com Pessoal	1.269,37
2.1.5- Ginastica Laboral	985,00
2.1.6- Repasse do emprétimo de funcionários	400,05
2.1.7- Férias, 13º salário e Rescisões	25.818,27
2.1.8- PIS s/ Folha de Pagto.	691,17
Total R$	**106.037,79**

2.2- Serviços Prestados por Terceiros	
2.2.1- Cessão de Uso de Software	1.623,57
2.2.2- Despesas com Correios	2.866,75
2.2.3- Energia Elétrica	2.324,03
2.2.4- Honorários Advocatícios	7.926,60
2.2.5- Honorários Contábeis	2.758,00
2.2.6- Locação de Equipamentos	570,53
2.2.7- Serviços Gráficos	1.913,53
2.2.8- Honorários de Auditoria	0,00
2.2.9- Tarifas Telefônicas e Internet	2.527,90
2.2.10- Conf. de Faixas/Adesivos/ Banner	2.990,00
2.2.11- Hospedagem e manutençao de site	3.365,69
2.2.12- Vigilância e Segurança	478,80
2.2.13- Comunicação/Rádio/TV/Jornal	1.300,00
2.2.14- Honorários Jornalísticos	0,00
2.2.15- Serviços de Informática	1.000,00
2.2.16- Outros Serviços de Terceiros	3.855,00
2.2.17- Agua e Esgoto	395,80
Total R$	**35.896,20**

2.3- Despesas Gerais	
2.3.1- Combustíveis e Lubrificantes	2.336,74
2.3.2- Despesas com Coral	1.683,29
2.3.3- Diária de Viagens	7.584,70
2.3.4- Tarifas Bancárias	135,87
2.3.5- Lanches e Refeições	1.855,12
2.3.6- Quintart	11.880,45
2.3.7- Patrocinios e doações	8.616,60
2.3.8- Manutenção de Veículos	0,00
2.3.9- Festas/Reuniões	1.785,24
2.3.10- Passagens Aéreas e Terrestres	3.150,19
2.3.11- Gêneros de Alimentação e Copa	228,57
2.3.12- Despesas com a Sede Campestre	4.519,31
2.3.13- Hospedagens Hotéis	9.357,65
2.3.14- Material de expediente	469,43
2.3.15- Festa Final de ano e natalinas	0,00
2.3.16- Outras despesas diversas	6.923,49
2.3.17- Manutenção e Conservação	1.818,27
2.3.18- Homenagens e Condecorações	0,00
2.3.19- Despesas com Sede Adm. Jataí	984,88
2.3.20- Despesas com curso de inf. para aposentados	0,00
2.3.21- Despesas com construção Sede Campestre	0,00
2.3.22- Cópias e autenticações	3.064,37
2.3.23- Sabadart Jataí	1.710,45
Total R$	**68.104,62**

2.4- Despesas Tributárias e Contribuições	
2.4.1- IR s/ Folha de Pagto	4.865,38
2.4.2- CUT-Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.4.3- Proifes-Fórum de Professores	44.712,46
2.4.4- Outras Desp. Tribut. e Contribuições	778,68
Total R$	**50.356,52**

2.5- Repasses e Aplicações	
2.5.1- Repasse para C/C Fundo Social	0,00
2.5.2- Aplicação CDB	0,00
Total R$	**0,00**

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R$	**260.395,13**
3- Resultado do exercício 06.2015 (1-2)	**-10.789,02**

4- Atividades de Investimentos	
4.1- Imobilizado	
4.1.1- Construções e Edificações	0,00
4.1.2- Máquinas e Equipamentos	0,00
4.1.3- Veículos	0,00
4.1.4- Móveis e Utensílios	2.494,87
4.1.5- Computadores e Periféricos	954,09
4.1.6- Outras Imobilizações	16.823,44
Total R$	**20.272,40**

4.2- Intangível	
4.2.1- Programas de Computador	0,00
Total R$	**0,00**

Total Geral dos Investimentos R$	**20.272,40**
5- Resultado Geral do exercício 06.2015 (3-4)	**-31.061,42**

Os valores contidos neste relatório estão por Regime de Caixa . Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

CARTAS DOS LEITORES

Críticas, sugestões de pauta e comentários >>> jornaldoprofessor@adufg.org.br

Fiquei feliz e até me emocionei com a reportagem ("A FF na memória de Rui Hiroshi Yamada"). Recebi telefonemas de ex-colegas, minha família também gostou. Muito obrigado pela deferência.

Macloys Aquino

Rui Hiroshi Yamada, professor aposentado da Faculdade de Farmácia (FF/UFG).

As bandeiras de luta que o movimento docente teve só foram verdadeiras antes dos governos petistas. Durante o governo Fernando Henrique Cardoso as universidades públicas sofreram o maior sucateamento em toda sua história, portanto houve motivos de sobra para as greves. A partir do governo Lula foram criadas universidades, faculdades, cursos, e houve aumento do número de vagas, tudo financiado pelo Reuni. Parecia uma maravilha, mas não foi. Na verdade foi um grande engodo. Sindicatos e universidades fizeram aquilo que o governo queria, trabalharam na contra mão da natureza da verdadeira academia. Desqualificaram o mérito e vulgarizaram o conhecimento, por meio de cotas e cursos sectários sem vestibular para privilegiar movimentos sociais. Houve algo pior, compactuaram e assinaram acordos de reajustes salariais, que prejudicaram os professores no presente e prejudicarão no futuro. Contas simples comprovam que os aumentos foram subtraídos pela inflação e pelo incremento nos custos dos serviços públicos, assim, o poder de compra vem diminuindo a cada ano. Agora que a festa acabou, as universidades e os sindicatos que se transformaram em comitês de campanha do governo petista estão provando do próprio veneno, mas quem paga esta conta é a sociedade, com dano maior para a classe média. Ah! Demorei a entender a razão do ex-presidente Lula querer ser presidente da Petrobrás, quando deixou o governo. Alguém se lembra? Eu vi, ouvi, não esqueci e só agora entendi.

Nilo Sergio Troncoso Chaves, professor aposentado da Escola de Veterinária (EV/UFG).

Medicina é unidade com mais docentes na UFG

Com 149 professores e professores, faculdade é, no entando, a que mais se abstém de participar de eleições do sindicato

Com 149 professores, a Faculdade de Medicina tem o maior quadro docente da ativa da UFG. No entanto, é uma das unidades que menos participa do movimento docente na universidade. Na última eleição da Adufg Sindicato (2014), 85% dos professores da FM aptos a votar se abstiveram. Só nove votaram. Já houve eleição em que a unidade se absteve com índice de 90%. Realidade diferente da encontrada na Faculdade de Educação, por exemplo. Dos 87 docentes (terceiro maior quadro da UFG), 76% participaram do último pleito. Na Faculdade de Letras, também com 87 professores, 60% dos filiados votaram nas últimas eleições.
Para a diretora da FM, Fátima Maria Lindoso, a falta de envolvimento atrapalha. "Afinal, a união faz a força. Talvez a vida do profissional da Medicina provoque isso. São muitas atribuições", afirma.
Mas Fátima ressalta a necessidade da presença do sindicato nas reuniões da unidade, para interagir com os professores. "Quem é visto é lembrado", ressalta.
Os professores lotados na FM representam 6,2% dos 2.402 docentes ativos da UFG. O número não considera os docentes do ICB – segunda unidade mais populosa, com 119 professores –, nem do IPTSP, alguns dos quais também ministram aulas na Medicina.
A pedido do **Jornal do Professor**, o Departamento do Pessoal (DP/UFG) forneceu o número de docentes lotados por unidade. Confira.

Unidade	Docentes	Unidade	Docentes	Unidade	Docentes
FM	149	FAV	67	FEN	47
ICB	119	FIC	57	IF	45
FE	87	EVZ	56	FEFD	43
FL	87	FCS	54	Iesa	41
IPTSP	85	EECA	53	FD	40
EA	77	Face	52	FF	38
IME	74	EMC	49	FH	31
Emac	72	FO	49	Fanut	27
INF	68	IQ	49	Fafil	20

Interior

Unidade	Docentes
Unid. Acad. Esp. Ciências da Saúde - Jataí	73
Unid. Acad. Esp. Biotecnologia - Catalão	65
Unid. Acad. Esp. Ciências Agrárias - Jataí	52
Unid. Acad. Esp. Ciência Exatas - Jataí	50
Unid. Acad. Esp. Eng. e Adm. - Catalão	44
Unid. Acad. Esp. Educação - Catalão	31
Unid. Acad. Esp. Ciências Biológicas - Jataí	26
Unid. Acad. Esp. Ciências Humanas - Goiás	16

> "TALVEZ A VIDA DO PROFISSIONAL DE MEDICINA PROVOQUE ISSO (BAIXA PARTICIPAÇÃO NAS ELEIÇÕES DO SINDICATO). SÃO MUITAS ATRIBUIÇÕES. MAS QUEM É VISTO É LEMBRADO"

Fábio Alves

Fátima Lindoso, diretora da Faculdade de Medicina

Riscos de militarizar as escolas estaduais

Goiás tem o maior número de colégios públicos sob gestão militar do país. A pedido do ***JP****, Maria Augusta Peixoto, da FE, e Dijaci David de Oliveira, da FCS, trocaram ideias e analisaram os riscos da militarização da educação. Os professores contestam o modelo, criticam a falta de investimento nas administrações convencionais e apontam que a militarização é um caminho para a terceirização das escolas públicas. A hipótese ganhou força no início de setembro, quando a secretária Raquel Teixeira (Seduc), professora aposentada da FL, revelou que Goiás prepara modelo de terceirização de escolas públicas, que deve ser colocado em prática em 2016.*

Dijaci de Oliveira, da FSC: "É na perspectiva de uma educação interativa que temos que investir"

Maria Augusta Peixoto - Militarizar colégios públicos é naturalizar e transformar os problemas da educação em problema ou caso de polícia. Quem tem formação para tratar dos assuntos educacionais são os professores. A gente corre o risco de naturalizar o repasse da administração da educação pública para a Polícia Militar. As parcerias com algumas escolas com problemas de violência devem existir, mas a polícia deve atuar externamente. Para isso ela foi preparada. Os anos 70 são emblemáticos com o modelo de militarização que permeou a educação. Conquistamos a duras penas a redemocratização das escolas, o que vemos acontecer no Brasil e em Goiás é um retrocesso.

Dijaci David de Oliveira - Concordo. A militarização não é uma resposta eficiente para a educação pública. Tivemos um regime militar que se fosse exitoso não teria caído e se extinguido. Todos os países da América Latina que tiveram regime militar acabaram superando esse processo, porque houve evidências de que não era solução. A solução militar é muito mais eleitoral do que compromisso com a educação. É eleitoral por atender a um chamado para que haja qualificação em algumas escolas. Quando o Estado não quer resolver o problema de todas as escolas e concentra recursos em algumas poucas, ele usa o modelo segregador da escola militar. É feito investimento em escolas específicas. Por que não pegar esse investimento e replicar para todas as escolas? O Estado não quer qualificação e valorização a todas as escolas. E o que fez o regime militar: atendia uma parcela da classe média, e se ampliou essa classe. As escolas militares fazem o mesmo. Dão à família de classe média baixa a possibilidade de contar com uma escola militarizada, supostamente com mais segurança. A gente chama isso de teoria das oportunidades: se não tem nenhum sistema de acompanhamento, de vigilância, tem aumento da possibilidade de alguém cometer crime. Se as escolas não têm nenhum apoio, aporte para garantir a segurança, e agora se concentra uma quantidade significativa de agentes, será reduzida a possibilidade de qualquer tipo de criminalidade ali dentro. Mas assim renega-se todas as outras escolas, que são colocadas em situação de penúria.

Maria Augusta - A expansão da militarização das escolas é reflexo do que vemos socialmente. É a busca de solução imediata de problemas que são históricos. A conquista de um processo democrático na sociedade é algo difícil e não se faz de um dia para o outro. Saímos de um período de repressão militar há poucas décadas. E temos acompanhado em alguns protestos é uma parcela conservadora, fascista, pedindo a volta da ditadura militar. Essa demanda é uma busca imediatista de solução para a violência, a questão das drogas. Mas a questão da disciplina nas escolas públicas não é uma questão de polícia. As gestões militares impõem uma obediência cega e uma padronização, mas é preciso deixar claro que disciplina e organização não são prerrogativas de escolas militares. A defesa que se deve fazer é de uma escola pública de qualidade e democrática. Isso está na nossa constituição. Militarização é uma solução imediata e retrógrada sobre uma questão histórica.

Dijaci - São coisas bacanas que você levanta. O que está faltando na escola, disciplina ou criatividade? O modelo militar quer a disciplina e vê o jovem como perigoso, irresponsável. A visão que se tem do jovem é negativa. Partindo desse pressuposto, a escola militar precisa controlar o jovem, silenciá-lo, para que ele não questione. Essas escolas apostam na disciplina contra a lógica da criatividade. Na outra, temos um modelo interativo, em que o jovem é um sujeito, precisa crescer e desenvolver sua criatividade. É na perspectiva de uma educação interativa que temos que investir.

> TODOS OS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA QUE TIVERAM REGIME MILITAR ACABARAM SUPERANDO ESSE PROCESSO, PORQUE NÃO ERA SOLUÇÃO

> O QUE ESTÁ FALTANDO NA ESCOLA, DISCIPLINA OU CRIATIVIDADE? O MODELO MILITAR VÊ O JOVEM COMO PERIGOSO, IRRESPONSÁVEL. A VISÃO QUE SE TEM DELE É NEGATIVA

> MELHORAR A EDUCAÇÃO PASSA PELA VALORIZAÇÃO E PELA FORMAÇÃO DE BONS PROFESSORES. MAIS UMA VEZ, O ESTADO BUSCA UMA SAÍDA MAIS FÁCIL

> 50% DAS VAGAS NAS ESCOLAS MILITARES SÃO PARA FILHOS DE MILITARES. É UMA FORMA DE EXCLUSÃO E UM PRIVILÉGIO. NÃO PODEMOS ADMITIR QUE SE CRIE ESSA DIFERENCIAÇÃO, PORQUE SÃO RECURSOS PÚBLICOS

Fotos: Fábio Alves

Dijaci e Maria Augusta conversam sobre os problemas da militarização das escolas estaduais

Maria Augusta - Acontece também que 50% das vagas nas escolas militares são destinadas a filhos de militares. É uma forma de exclusão e oculta um privilégio. Não podemos admitir que se crie essa diferenciação, porque são recursos públicos. Se as escolas públicas em geral tivessem o mesmo nível de investimento e condições das militares, provavelmente demonstrariam melhoras nos níveis de educação. Quando se coloca que as escolas militares têm se destacado em avaliações em larga escala, Enem e Ideb, com notas melhores, é por causa dos privilégios dessas escolas. Elas são seletivas e ainda cobram taxas, como a do próprio fardamento, que não é uma quantia irrisória. Isso é uma forma de selecionar.

Dijaci - O que há é a venda de uma ideia para acreditarmos que funciona. O que a escola reclama é mais segurança, é continuidade de investimentos necessários. Essas cobranças de taxas vão auxiliar em problemas imediatos quando o Estado não repassa a verba devida, mas essas cobranças são indevidas.

Maria Augusta - O enfrentamento para melhorar a educação passa pela valorização e pela formação de bons professores. Mais uma vez, o Estado busca uma saída mais fácil. Dos anos 90 para cá, no contexto das reformas neoliberais, o que se tem é o deslocamento da educação da esfera social, como direito de todos, para a esfera do serviço. Um serviço que passa a ser vendido no mercado. Se quero uma educação de qualidade, preciso pagar por ela.

Dijaci - Sim. A gente tem que ficar atento se esse processo não é uma tentativa de facilitar a terceirização. Quando quiserem transformar as escolas em OS, quais escolas estarão mais aptas a esse processo? As escolas militares, claro. A administração militar não vai questionar a lógica de hierarquia. Será apenas parte do processo.

Maria Augusta, da FE: reserva de vagas em colégios militares é privilégio

Números

93 escolas militares no Brasil

109 é o número estimado destas escolas até o final do ano

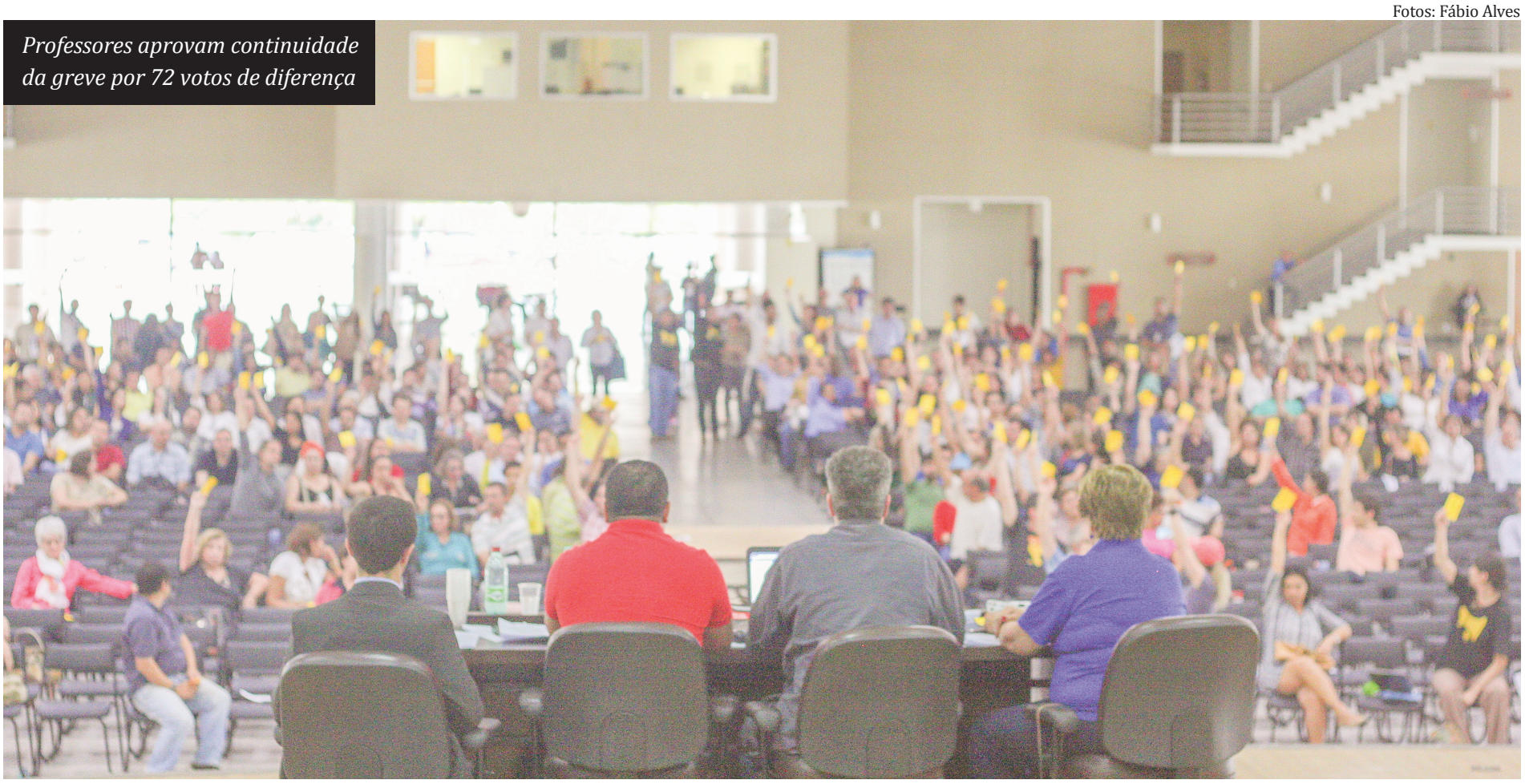
26 estão em Goiás, Estado com maior número de colégios militares no país

9 estados tiveram escolas da PM em 1º lugar no Enem 2014

50% das vagas das escolas militares são reservadas a filhos de pais militares

Fotos: Fábio Alves

Professores aprovam continuidade da greve por 72 votos de diferença



Debate da carreira

Disputas de poder entre grupos marcam campanha que nasceu para defender carreira, salários e evitar corte nas verbas das universidades

Desde que foi deflagrada a greve, no dia 1º de agosto, docentes da UFG pouco ou quase nada avançaram no debate sobre carreira, condições de trabalho, salários e a situação da educação superior no Brasil.

Por outro lado, intensificou-se a disputa pelo poder político local, principalmente desde que a Adufg Sindicato conquistou o registro sindical (20 de agosto). A carta lhe conferiu exclusividade e legitimidade jurídica para representar os docentes da UFG em Goiás, filiados ou não. E excluiu a atuação sindical do Andes no Estado.

Os embates começaram a ocorrer dentro do próprio Comando Local de Greve (CLG), que tem integrantes tanto da diretoria da Adufg – filiada ao Proifes-Federação – quanto militantes do Andes. Atritos que começaram a ser expostos nos primeiros minutos da assembleia do dia 9 de setembro.

Assim que Flávio Alves da Silva, presidente da Adufg Sindicato, leu a pauta da assembleia, recebeu do vice-presidente Regional Planalto do Andes, Alexandre dos Santos, pedido para mudar a pauta, que incluía indicação de delegados para o comando nacional de greve, organizado pelo Andes.

"É o professor mais golpista da UFG. Todos te conhecem", acusou Flávio, quando teve início uma gritaria com inclusive ofensas vindas da plenária. Flávio justificou que, pelo estatuto, quem conduz a assembleia é o sindicato. Ao que Alexandre retrucou: "Isso é uma profunda falta de respeito, não estamos aqui para este tipo de golpe", disse, em tom severo.

"O sindicato tem direção e não admite gente pra rasgar o estatuto. Eu, o professor Daniel

Romualdo (Iesa) e Pitias Alves (Cepae) se desentendem e são separados por outros docentes

Alexandre dos Santos pede mudança na pauta da assembleia; começam as discussões e os gritos

Alexandre sobe ao palco e dá sequência aos encaminhamentos após fim da assembleia

Flávio Alves apontou para o esvaziamento da assembleia após a votação

Gisele Toassa aponta desentendimentos entre membros do comando de greve

Sérgio ironiza disputa de poder no movimento docente e se posiciona contrário à greve

Natássia Garcia se indigna com o fim da assembleia e entra em atrito com professores

perde foco na greve

(Christino) e a professora Cristina (Kratz) somos membros do CLG, então ele está representado aqui (na mesa) sim", disse Flávio, aos pedidos de Alexandre para que o comando estivesse na mesa.

"Desde a publicação da carta sindical temos sofrido ataques da Adufg, em diversos canais. Não temos só professores do Andes no CLG", acusou Gisele Toassa, professora da Faculdade de Educação.

"No comando de greve, que pouca gente tem estômago pra participar, a gente vê um grupo que se apossa, que é o grupo que perdeu eleição para o sindicato e que tenta usar o comando para outros objetivos", indignou-se Rosana Borges, ex-presidente da Adufg, durante assembleia.

Esvaziamento

Houve mais embates quando surgiu pedido para que estudantes pudessem entrar no Centro de Eventos da UFG e participar da assembleia que, por contraste, decidiu não admitir a participação estudantil.

Ao final da seção, já aprovada a continuidade da greve por 232 votos contra 160, mesmo com esvaziamento da plenária, mais embates: professores começaram pedir questões de ordem e tentavam emplacar novos encaminhamentos, enquanto a mesa seguia para a votação de duas propostas: formação do fundo de greve e de uma comissão para elaborar propostas para o Consuni, que já começou discutir regras para progressão e promoção na UFG.

"Adufg não manda ninguém para o comando da Andes, professor, não adianta", disse Flávio, quando Alexandre tentou, mais uma vez, emplacar encaminhamento para que a assembleia elegesse delegados ao comando nacional de greve.

Flávio encerrou a assembleia e no entanto por volta de 40 professores permaneceram no Centro de Eventos, quando começou mais uma gritaria e troca de ofensas e de insultos, um quase empurra-empurra entre o professores.

Assim que diretores da Adufg saíram, Alexandre, como que presidindo e dando sequencia à assembleia que acabara, tentou organizar a votação de encaminhamentos propostos pelos docentes que permaneceram no salão do Centro de Cultura e Eventos.

Robson Corrêa: "Sair da greve agora só auxilia aqueles que querem ataques às carreiras"

Provocações e desentendimentos foram acompanhados por docentes

Ainda presentes, professores como Nilton José se revoltam com o fim da assembleia

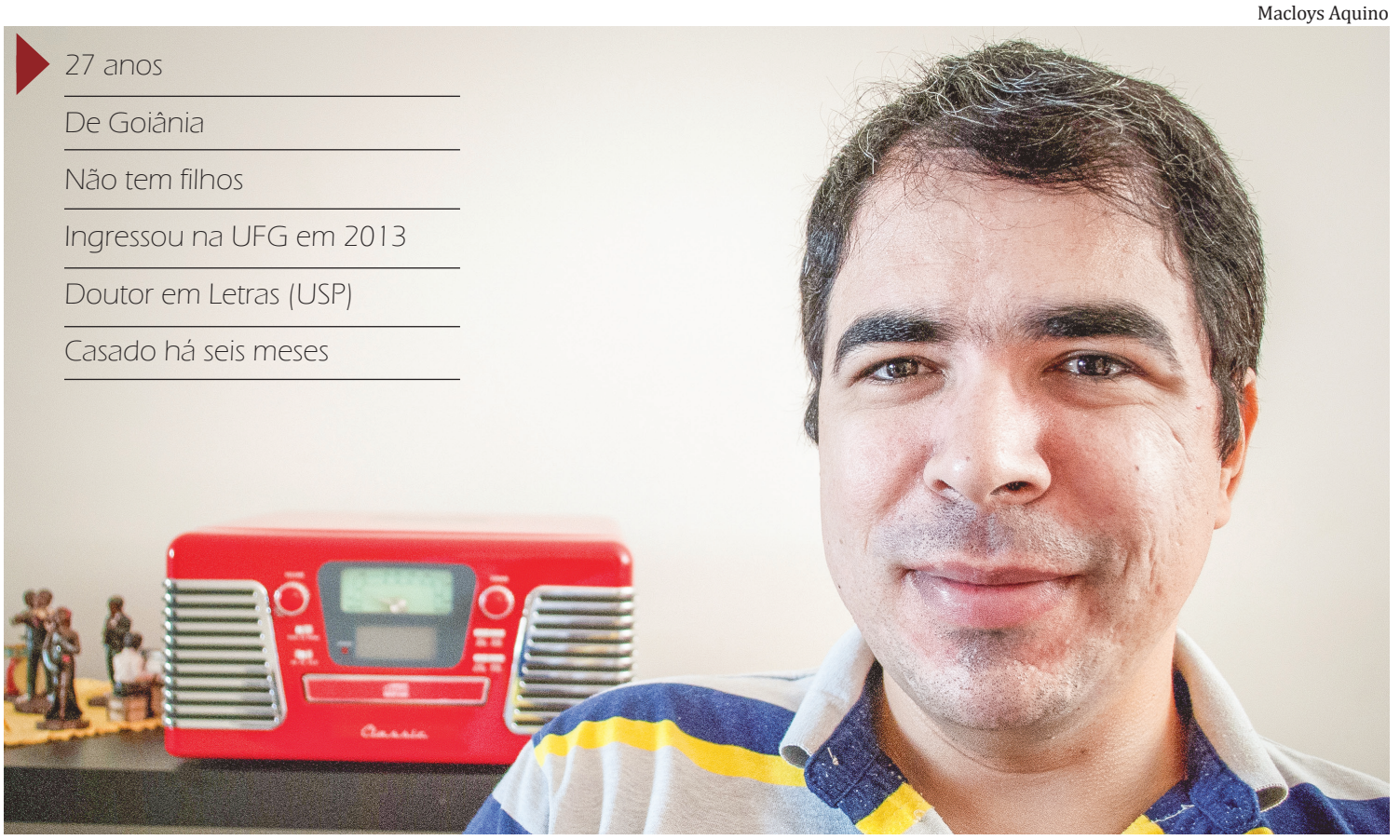
Encontro de

Desde 2008, foram contratados 1.208 dos atuais 2.402 docentes da UFG na ativa. Mais da metade dos professores da UFG assumiu após o Reuni. Com esse dado, o **JP** buscou o professor mais jovem e um dos professores mais velhos da

Marcelo Ferraz

O professor mais jovem da FL nos atendeu em sua casa, no Goiânia 2. Uma casa pequena onde vive com sua esposa e seu gato. "Vamos fazer a foto ao lado desse CD player vintage?", sugerimos. Ele riu e concordou.

Macloys Aquino



Jornal do Professor - Por que motivo escolheu a vida acadêmica?

Marcelo Ferraz - A paixão pelo texto literário é que me levou a escolher o curso de Letras, ainda sem conhecer a vida acadêmica e o que viria depois. Durante a graduação tive contato com a pesquisa, me interessei, o que acabou abrindo essa perspectiva. Mas pesa muito na escolha para nós os problemas da educação básica no Brasil. A carreira acadêmica surge como o caminho mais desejável e atrativo pra nós da licenciatura por conta destes problemas. Talvez em outro cenário, atuar na educação básica fosse algo mais sedutor, mas não é esse o caso.

JP - Esses motivos ainda norteiam sua trajetória acadêmica?

Marcelo - Sim, estou bastante satisfeito. Ainda que as condições de trabalho na universidade não sejam as ideias, temos condições de desenvolver a pesquisa. Continuo bastante motivado.

JP - Qual sua melhor experiência na UFG?

Marcelo - Mais o cotidiano com os alunos, de onde tiramos as situações mais interessantes, o dia a dia, as conversas de corredores, o contato com os colegas, as vezes rápidos, mas sempre acaba saindo coisa boa.

JP - O que é mais importante na relação professor/aluno, orientador/orientando?

Marcelo - O respeito, a seriedade, a franqueza no contato com os alunos, ter uma relação aberta e guiada pela seriedade são fundamentais. Respeitar prazos, tanto da parte do professor como do aluno, acompanhar de perto, ser interlocutor. Talvez muito dos nossos problemas na orientação talvez sejam porque a gente não consegue soltar essa imagem do "professor". O "orientador" é algo diferente, é mais presente, é mais interlocutor.

JP - Qual sua crítica ao modelo de universidade pública hoje?

Marcelo - Hoje é a questão dos cortes no financiamento das universidades. Num momento de expansão a qualidade não está sendo garantida. Hoje o problema mais latente, e daí a razão da nossa greve, é como manter a manter a universidade, que cresceu tanto nos últimos anos e precisa se adequar para avançar, mas num cenário que não garante isso. Esse é um problema externo. Internamente também encontramos muitos problemas na universidade. Para nós, o desafio é mudar as relações. Todo ambiente institucional tem seus atritos, mas na universidade brasileira isso está exagerado. A gente vê a universidade como um campo minado, cheio de hostilidades e disputas de poder. Então criar uma vivência acadêmica propriamente, de respeito e pluralidade, é um desafio. Pensar em passar trinta anos num ambiente pesado, em que temos de andar com cautela, é problemático. Acho que quem está entrando agora tem uma consciência e espero que ao longo dos anos a gente não perca a perspectiva de que podemos discordar, brigar e debater, mas sempre com limite de respeito.

JP - Como vê a universidade pública do futuro no Brasil?

Marcelo - Sou bastante otimista, acho que as coisas estão melhorando. A universidade recebe alunos cada vez mais diversificados, de várias faixas etárias e etnias, e estamos aprendendo a lidar com isso. Então a tendência é que a universidade se torne mais plural e democrática. Mas temos bastante razão para estarmos preocupados. A universidade vai manter a vocação pública e a gratuidade? Quais serão nossas condições de trabalho? Serão garantidos os concursos públicos ou haverá terceirização com as OS? Vejo uma universidade melhor, mas precisamos para isso nos mobilizar para manter algumas conquistas e avançar. Há razões para estarmos apreensivos.

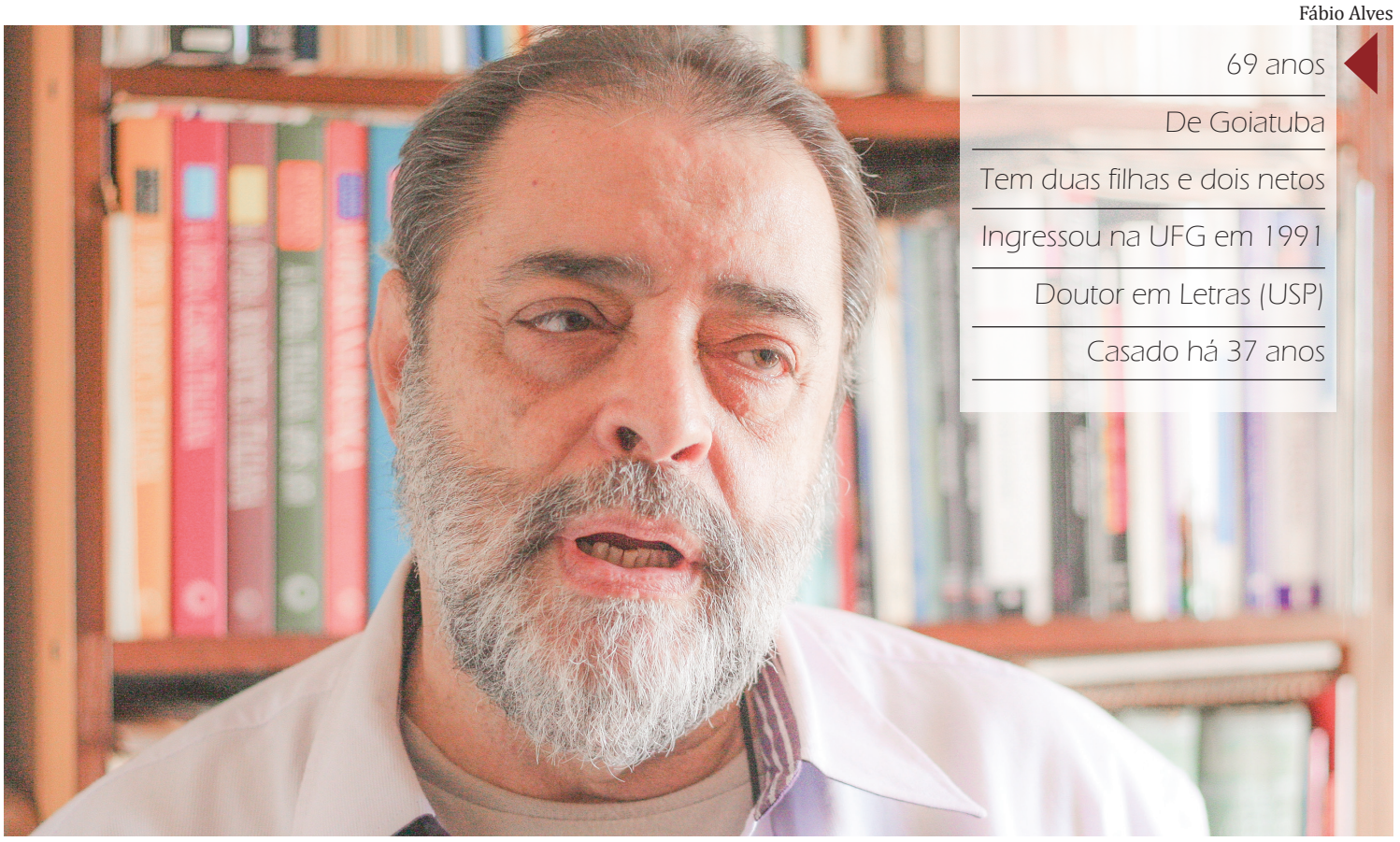
JP - Quais seus planos para o futuro?

Marcelo - Entrar na pós-graduação e desenvolver mais pesquisas. É um caminho que estou trilhando. E continuar atuando na graduação, ser um professor cada vez melhor, desenvolver novos projetos e mirar condições para a gente trabalhar mais, com verbas para mais eventos, mais trabalhos, para viajar mais e conhecer mais o que está sendo trabalhado em outras universidades. Buscar mais qualificação, amadurecer na carreira e conseguir conciliar ensino, pesquisa e extensão com cada vez mais qualidade. É isso que está no horizonte.

gerações

Faculdade de Letras e quis saber onde suas visões sobre a universidade se encontram e divergem. Aplicamos o mesmo roteiro de perguntas a Marcelo Ferraz, de 27 anos, e a Heleno Godoi, de 69, que acaba de aposentar-se

Fábio Alves



69 anos

De Goiatuba

Tem duas filhas e dois netos

Ingressou na UFG em 1991

Doutor em Letras (USP)

Casado há 37 anos

Heleno Godoi

O professor e escritor nos recebeu em seu apartamento-biblioteca, um refúgio para trabalho e lazer, no mesmo prédio onde mora com a família, no Centro de Goiânia. Ele se aposentou no último dia 1º abril.

Jornal do Professor - Por que motivo escolheu a vida acadêmica?

Heleno Godoi - Meu pai era fazendeiro, mas minha mãe e duas irmãs dela eram professoras onde nasci, em Goiatuba, no Sul do Estado, pra lá de Morrinhos, pra cá de Itumbiara. Minha experiência de ser professor começou com minha família. Se fosse seguir a opinião do meu pai, seria médico ou engenheiro. Duas frustrações dele, que não pôde estudar e acabou fazendeiro. Desde a adolescência, eu tinha interesse em escrever e por livro, as únicas coisas que tenho interesse mesmo. Em 1966, comecei a dar aula em cursinhos. Professor de literatura em Goiânia faltava. Nunca parei.

JP - Esses motivos ainda norteiam sua trajetória acadêmica?

Heleno - Estou um pouco decepcionado com os rumos que a educação no Brasil tomou de um tempo para cá. Não necessariamente o ensino que piorou, mas, sim, a qualidade dos alunos que tem piorado assustadoramente. Não tenho nada contra o Reuni. A inclusão social é fundamental. Meu prazer em dar aula era ter alunos realmente interessados naquilo que estavam fazendo. A profissionalização depende da vontade do aluno. Acho que as pessoas andam escolhendo cursos para o qual não têm habilidade nenhuma. A maioria dos meus alunos de Letras na UFG dizia que ser professor não passava pela cabeça deles. O que estavam fazendo na Faculdade de Letras?

JP - Qual sua melhor experiência na UFG?

Heleno - Como professor, não foi bem na UFG, mas é mais ou menos parecido. Quando dava aula na PUC, estudávamos, como devia ser, a totalidade da narrativa analisando uma obra. Chamávamos a atenção dos alunos para erros e acertos do autor. Por volta de 1980, na saída do Cine Capri, que hoje é igreja evangélica, encontrei uma aluna com o marido e ela falou "professor, cheio de erro esse filme, né?" Concordei. Ela disse: "Pois é, só que o senhor tirou meu prazer de ver filme. Só vejo defeitos na construção da narrativa." Essa foi minha melhor experiência como professor. Aquela moça, que não era má aluna, aprendeu alguma coisa comigo. Ela passou a analisar de forma melhor o que antes consumia sem questionar.

JP - O que é mais importante na relação professor/aluno, orientador/orientando?

Heleno - Essa divisão é fundamental mesmo. Existe grande diferença entre a relação professor e aluno na graduação e orientador e orientando na pós-graduação. Na graduação, acho fundamental que o aluno venha de forma receptiva. Graduação é uma necessidade que os alunos têm para receber um diploma. Na pós-graduação é diferente. O aluno está lá porque quer. A relação com meus orientandos é próxima, de extrema confiabilidade. Eles frequentam minha casa, minha biblioteca, são meus amigos, sem eu abrir mão da exigência. Alguns almoçam por aqui. Empresto livros e criamos laços mais estreitos. Essa relação não pode ser fria. Tenho até netos de pós-graduação. Alunas que ficaram grávidas no período da orientação e seus filhos me chamam de avô.

JP - Qual sua crítica ao modelo de universidade pública hoje?

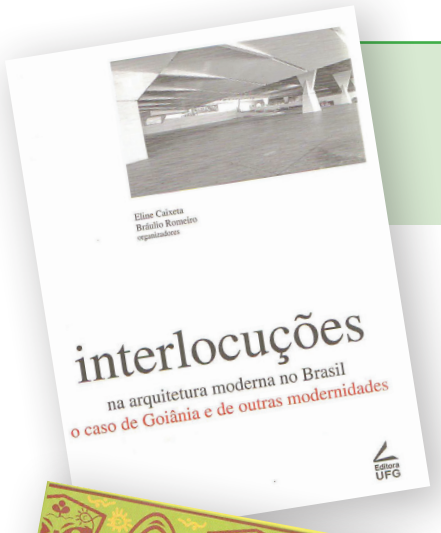
Heleno - Não vejo nada de errado no modelo. O modo como é implementado, sim. A primeira coisa que não devia existir é luta pelo poder. Ninguém lucra para ser reitor, pró-reitor, diretor. Vejo muita importância no poder acadêmico.

JP - Como vê a universidade pública do futuro no Brasil?

Heleno - Eu faço diferença entre universidade pública e universidade gratuita. Aquela parcela da população que tem condição de mandar o filho para colégios e cursinhos caros e ocupam a maioria das vagas na universidade é diferente da pequena parcela de alunos egressos de escolas públicas que conseguem uma vaga. Então, a universidade é gratuita, não pública. As vagas deveriam ser para todo mundo em pé de igualdade, mas não são. A universidade gratuita não cumpre sua função. Devia ser pública.

JP - Quais seus planos para o futuro?

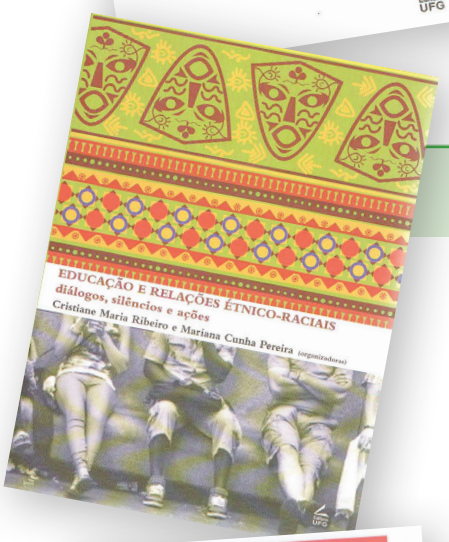
Heleno - Embora eu goste enormemente de ser professor, academicamente quero apenas concluir as orientações que tenho. Depois de 2018, quero curtir mais a família. A vida inteira levantei às seis da manhã ou cinco e meia. Em 1992, andávamos por Goiânia inteira e chegávamos à universidade em 15 minutos. Agora, com 40 minutos, se pouco, mesmo indo direto. Isso pesa. Não tenho frustração na vida acadêmica. Nem com os alunos ruins, nem com os que me viram a cara quando os encontro na rua, porque sei que deixei uma marca. O único vício que tenho na vida são meus livros, DVDs de óperas e de grandes filmes e CDs. Não vivo sem música.



Interlocuções na arquitetura moderna no Brasil: o caso de Goiânia e de outras modernidades

Eline Caixeta e Bráulio Romeiro (organizadores) */ Editora UFG / 320 páginas*

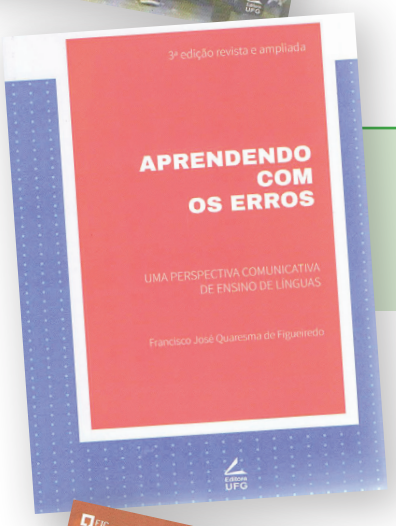
Este livro aborda o panorama de diversidades e contrastes encontrados na arquitetura moderna produzida nas regiões Centro-Oeste, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, a partir de um percurso por momentos representativos que contribuem para a criação de novas paisagens culturais nessas regiões. Ao entrelaçar esses momentos, identificam-se conexões ou "canais" de uma possível rede de interlocuções, formada a partir dos deslocamentos, trajetos e traçados que a arquitetura moderna deixou registrados no interior do país. Como caminho alternativo para a conservação preventiva, o livro coloca em pauta o debate em torno da natureza, do sentido do moderno na cidade contemporânea, o papel da pesquisa e do projeto na preservação do patrimônio arquitetônico e cultural, e os critérios de preservação e conservação da arquitetura moderna.



Educação e relações étnico-raciais: diálogos, silêncios e ações

Cristiane Maria Ribeiro e Mariana Cunha Pereira (organizadores) */ Editora UFG / 244 páginas*

Traz um conjunto de reflexões de professores que em suas trajetórias acadêmicas estão comprometidos com a discussão das relações étnico-raciais. As análises apresentadas são diversificadas e procuram dar visibilidade a questões relacionadas à população negra, com uma discussão sobre os aspectos teóricos e as experiências no campo da promoção de políticas públicas de educação. Por conseguinte, mesmo com perspectivas teóricas distintas, nos textos que se seguem os autores discutem os fundamentos de uma Educação das Relações Étnico-Raciais – ERER – perante uma realidade que impôs, aos negros, relações raciais assimétricas. O elo entre os autores deste livro é o fato de todos compartilharem o mesmo pensamento sobre a ERER: a necessidade de combater o racismo e valorizar o negro e o indígena como elementos fundamentais na construção da nação brasileira.



Aprendendo com os erros: uma perspectiva comunicativa de ensino de línguas

Francisco José Quaresma de Figueiredo */ Editora UFG / 160 páginas*

Os assuntos tratados neste livro são de interesse de professores de línguas estrangeiras e alunos de licenciaturas em Letras, pois oferecem importante contribuição à formação desses profissionais, em especial aos que se dedicam ao ensino de língua inglesa. Francisco Figueiredo resgata um assunto que ficou abandonado após o advento da abordagem comunicativa no ensino de línguas – a questão do erro. Francisco faz linguística contrastiva, orientado por uma perspectiva cognitivista que aborda o erro como estratégia de aprendizagem e não como algo que deve ser combatido. Os erros são vistos também como reveladores dos processos de aprendizagem.

Comunicação e relações públicas: interfaces e desafios

Lutiana Casaroli e Tiago Mainieri (organizadores) */ Editora UFG / 204 páginas*

Comunicação e relações públicas – interfaces e desafios é o segundo volume da Coleção Diálogos. A proposta da coleção é abarcar o multifacetado campo da comunicação e das relações públicas, a partir das contribuições de docentes e pesquisadores dessas áreas. A coleção "Diálogos" surge no contexto do curso de Relações Públicas da Faculdade de Informação e Comunicação da UFG acolhendo e evidenciando a produção nas áreas de Relações Públicas e Comunicação.

Diásporas urbanas e subjetividades móveis: migrantes, viajantes e transeuntes

Muniz Sodré, Ana Carolina Rocha Pêssoa Temer e Mohammed ElHajji (organizadores) */ Editora UFG / 212 páginas*

Este é o quarto volume da coleção "Rupturas Metodológicas para uma Leitura Crítica da Mídia", projeto Casadinho – Procad (CNPq) desenvolvido pelos Programas de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás – UFG e da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Tecnologia e sociedade: configuração, reconfiguração

Vanderlei Cassiano (organizador) */ Editora UFG / 180 páginas*

O segundo livro da Coleção Invenções retoma o debate sobre os usos das tecnologias da comunicação e da informação, com a pretensão de atualizá-lo, levando-se em conta as novas e complexas variáveis que emergem das relações humanas e dos novos aparatos que entre elas se interpõem.

Fotos: Fábio Alves

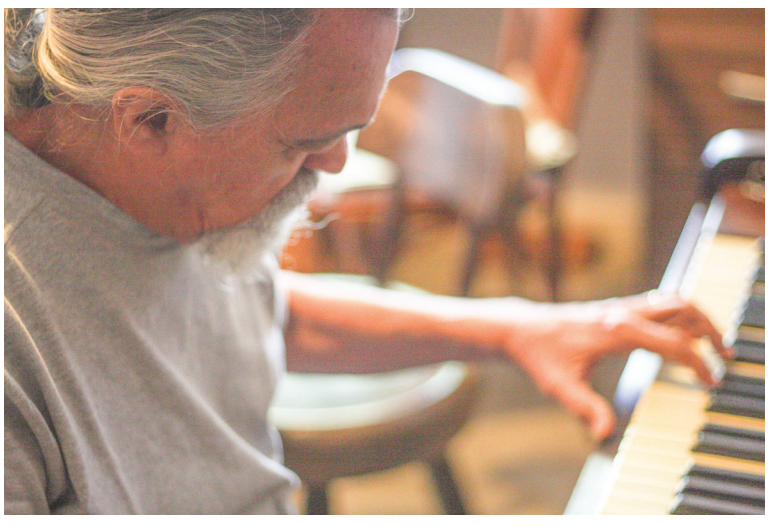
A salvação está na crítica

Estércio Marquez, aposentado da Emac, defende a Licenciatura em Educação Musical como força para superar as imposições da indústria cultural

Desde a década de 1960, alunos chegam ao professor aposentado e compositor Estércio Marquez (Emac) com o mesmo desejo: ser famoso. "Isso é uma ilusão. Por isso é importante o papel da educação. Essa lógica (indústria da música) não precisa ser negada, mas, sim, questionada", propõe.

Estércio usa o som, o ritmo e o silêncio como exercício diário de reflexão. A música é seu caminho para perceber o mundo. Durante as três décadas como professor da UFG, buscou formar cidadãos críticos, capazes de fugir dos modismos e das armadilhas da indústria cultural apontada por Adorno e Horkheimer.

Compositor de obra extensa, Estércio, 74 anos, continua dando aulas de música e de vida em sua casa. Os alunos são convidados a refletir. "Vivemos num modelo dominado por um capitalismo bárbaro, doentio. Cada vez é mais importante formar pessoas que consigam pensar a realidade da qual fazem parte."



"O grande desafio não só de ensinar música, mas da educação, é fazer refletir. A preocupação das autoridades de ensino está voltada a se criar mão de obra. Isso é uma desgraça. Nada contra o ensino técnico, desde que ele seja acompanhado de ensino crítico. O cidadão que não desenvolve a capacidade de decidir alguma coisa, não pensa, é apenas um técnico que reproduz algo."

Para romper as barreiras da limitação da arte e música comerciais, Estércio ratifica a importância da Licenciatura em Educação Musical. "O professor tem que ter a consciência de que não pode ser apenas o repetidor daquilo que o menino escuta no rádio e na televisão. Não pode contribuir para uma cultura hipnótica, em que uma pessoa escuta o dia inteiro a mesma coisa."

Mais do que ensinar a ler e escrever música e tocar instrumentos, o Estércio defende que professores dediquem-se a abrir portas. "A arte é fundamental para tornar o cidadão crítico. Através da arte o indivíduo percebe o mundo. Instigado pela percepção, ele se torna crítico."

Composição

Natural de Goiatuba, Estércio Marquez tem formações instrumentais e composições em diversos gêneros, incluindo peças para instrumento solo, câmara, coro, orquestra e música-teatro. As músicas, no entanto, têm nomes frios, como "Sonata para piano e violino nº1".

"Os românticos colocavam nomes como 'a flor da idade' ou nome de uma mulher. Música é abstração. O objetivo é instigar a percepção do ouvinte e não que o nome dela vá significar alguma coisa. Pra mim é número. Cada um tira dela o que quer, se gosta ou não gosta. Música, arte, é elaboração, é construção", explica.

O processo de composição é subjetivo e tem pontos de partida infinitos, "que pode ser uma batida ou um som qualquer". "O que é importante da construção musical é a obra de arte. Na indústria cultural, o que se tem é a repetição ou obra fácil para que ela seja vendável. Isso dá um prejuízo muito grande à sociedade. As pessoas estão perdendo a capacidade de escolha, estão seguindo a mesma coisa, cria-se um modismo", uma sociedade sem crítica, desenha.

> "O QUE É IMPORTANTE DA CONSTRUÇÃO MUSICAL É A OBRA DE ARTE. NA INDÚSTRIA CULTURAL, O QUE SE TEM É A REPETIÇÃO OU OBRA FÁCIL PARA QUE ELA SEJA VENDÁVEL. ISSO DÁ UM PREJUÍZO MUITO GRANDE À SOCIEDADE. AS PESSOAS ESTÃO PERDENDO A CAPACIDADE DE ESCOLHA"

Lavras, louvores e dedicação

Fotos: Fábio Alves

Nei Clara aponta para vitrine com bonecas karajá e vê o reflexo de uma vida dedicada à pesquisa da cultura popular

Ex-diretora do Museu Antropológico começou momento mais intenso de trabalho na universidade após aposentar-se, em 2003

Nei Clara de Lima acende as luzes dos corredores e das vitrines da exposição "Lavras e Louvores", e corre empolgada na nossa frente para que não vejamos peças da exposição no Museu Antropológico da UFG desacompanhadas de sua fala, sem sua explicação.

O museu estava fechado quando o visitamos, por causa da greve dos servidores técnico-administrativos. Mas Nei, ex-diretora, o abriu para contar a história da boneca karajá, da flecha krahô ou do bordado no vestuário de Folia de Reis dentre as cinco mil peças do acervo.

Em exposição desde 2006, "Lavras e Louvores" é não só um dos mais representativos microcosmos da cultura goiana – indígena, popular e moderna – mas também um espelho da vida de Nei Clara na Antropologia.

Peças trazidas da própria casa ou coletadas durante pesquisa a campo, detalhes da iluminação, arranjos, cortinas, a disposição dos elementos: tudo tem as mãos da professora. "Não aguento ver isso", diz ela, retirando sob uma canoa karajá um tufo de picumã que se acumulou. "Esse pessoal da limpeza..."

Nei inaugurou a fase de mais trabalho da sua vida exatamente quando aposentou-se da Faculdade de Ciências Sociais, em 2003 (ingressara no antigo ICHL em 1978): foi a partir de então que se encantou pela cultura indígena e que se dedicou mais à pesquisa na área, principalmente com os karajá.

Nestes últimos 18 anos, houve a consolidação da Antropologia, tanto no ensino como na pesquisa; a consolidação do acervo do museu; os prêmios às pesquisas com os karajá (patrimônio imaterial brasileiro pelo Iphan; a criação do curso de Museologia. Tudo tem dedo da Nei.

Ela deu aula de Sociologia até 1990, quando migrou para Antropologia, momento em que se engajou mais nas pesquisas. "Foi insano conciliar a pesquisa com o trabalho administrativo", lembra ela, principalmente durante o período em que dirigiu o museu, de 2006 a 2013. Mas foi "umas das coisas mais legais que já fiz", conta.

Agora, aposentada e sem cargo de direção, planeja se dedicar mais às pesquisas com as bonecas karajá. "Tenho paixão por isso", diz.

Origem

O interesse por culturas populares, pelas expressões de pessoas menos visibilizadas na sociedade, tem a ver com a própria origem da professora, em Jataí, nos anos 50. Seus pais eram agricultores colonos que trabalhavam em fazendas de coronéis da região do sudoeste goiano.

"Meu interesse pelas Ciências Sociais era pra entender porque o mundo era tão desigual. Vi meu pai trabalhar e não ter acesso a nada, tendo que entregar tudo ao dono da terra. Sou parte do grupo que vê na escola a ascensão social e de saída da miséria", diz.

"Toda minha trajetória acadêmica é nesse sentido de fazer algo em função da vida coletiva. De tentar compreender, de refletir sobre ela, quanto de fazer algo, uma espécie de militância, em prol de grupos subalternos, sejam produtores de cultura não reconhecidos, narradores orais, sejam indígenas", assume.

Bonecas karajá, Patrimonio Cultural Brasileiro graças a pesquisas com a participação de Nei Clara

Máscara de cabeça de cabaça, indumentária para ritual de dança dos índios yawalapiti

"Servidor público não pode voltar as costas para a desigualdade"

"Tenho uma certa dificuldade de me desapegar do lugar onde vivo desde os 18 anos, quando entrei na universidade como aluna. Não consigo pensar minha vida fora dela. É que tenho uma verdadeira paixão pelo trabalho que desenvolvo, eu gosto de Antropologia, de estar em contato", admite.

"Servidor público não pode voltar as costas para situações de desigualdade, de jeito nenhum. Isso me mobiliza a superar uma ou outra dificuldade de saúde pra continuar trabalhando. Haverá o momento em que as coisas vão se dispersar, por conta do envelhecimento, mas não consigo pensar que estudei em escola pública a vida inteira, com bolsa de mestrado e doutorado, e achar que posso me aposentar sem compromisso com o coletivo do meu país", reflete.

"Estar em contato com os problemas do país, no meio deles, e contribuir com a formação de jovens. Penso que dois ou três pesquisadores que venham trabalhar com a gente e acabam aprendendo não só fazer pesquisa, mas a pensar de forma mais coletiva, para além do individualismo, já é uma conquista", pensa.